



DESTAQUES

- **CÂMARA DOS DEPUTADOS INSTALA COMISSÕES TEMÁTICAS**
- **DEPUTADOS SE REÚNEM PARA DISCUTIR ALTERNATIVAS PARA A INDÚSTRIA DE ARMAS NO PAÍS**
- **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DO SENADO REALIZARÁ AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O ACESSO ÀS ARMAS**

CONGRESSO NACIONAL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÕES TEMÁTICAS

Na quarta-feira (15/03), a Câmara dos Deputados finalmente instalou as Comissões temáticas. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJC), como esperado, ficou com Rui Falcão (PT-SP), que foi eleito com 43 votos. A presidência da CCJC foi resultado de acordo feito entre o presidente Arthur Lira (PP-AL) e o Presidente da República. Ao longo dos últimos meses, o PL criou alguns embaraços contra o PT assumir a Comissão, mas nada fez o acordo cair. Além da CCJC, o PT garantiu a presidência de outras 3 Comissões: a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial - Luizianne Lins (PT-CE); a Comissão de Finanças e Tributação - Paulo Guedes (PT-MG); e a Comissão de Trabalho - Aírton Faleiro (PT-PA).

Enquanto isso, o Partido Liberal garantiu o comando de 5 Comissões. O Deputado Zé Vitor irá presidir a Comissão de Saúde e a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família será presidida pelo Deputado Fernando Rodolfo (PL-PE). A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados será presidida pelo Deputado Sanderson (PL-RS) e o Deputado Luiz Lima (PL-RJ) ficará à frente da Comissão do Esporte. Além disso, a Deputado Bia Kicis (PL-DF) presidirá a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

O Partido União Brasil será responsável pela presidência da Comissão de Educação (CE), que elegeu o Deputado Moses Rodrigues (União-CE), da Comissão de Minas e Energia, que elegeu Rodrigo de Castro (União-MG), e da Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, que elegeu o deputado Fábio Garcia (União-MT).

O PSD ficou com as Comissões de Viação e Transportes, presidida pelo Deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP), e de Ciência, Tecnologia e Inovação, que elegeu como presidente a Deputada Luisa Canziani (PSD-PR). Já o PSDB está no comando da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elegeu o Deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP) e da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, presidida pela Deputada Lêda Borges (PSDB-GO).

O Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) foi eleito para a presidência da Comissão de Desenvolvimento Econômico, o Deputado José Priante (MDB-PA) foi eleito presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e o Deputado Heitor Schuch (PSB-RS) foi eleito presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços.

A Comissão de Turismo será presidida pelo Deputado Romero Rodrigues (PSC-PB) e a Comissão de Legislação Participativa será presidida pelo Deputado Zé Silva (Solidariedade-MG). Enquanto isso, o Deputado Marcelo Queiroz (PP-RJ) está na presidência da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados.

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência será presidida pelo Deputado Márcio Jerry (PCdoB-MA) e a Comissão de Comunicação ficará sob a presidência do Deputado Amaro Neto (Republicanos-ES). Além disso, a Deputada Célia Xakriabá (Psol-MG) foi eleita presidente da Comissão da Amazônia e Povos Originários.

DEPUTADOS SE REÚNEM PARA DISCUTIR ALTERNATIVAS PARA A INDÚSTRIA DE ARMAS NO PAÍS

Desde a publicação do Decreto 11.366/2023, Deputados e Senadores da oposição ao Governo se reúnem para tentar achar uma solução para as medidas que restringiram e suspenderam medidas que facilitavam o acesso à armas de fogo no país.

Após a instauração da Comissão de Segurança Pública, o Deputado Paulo Bilynskyj (PL-SP) apresentou requerimento de convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino. O requerimento tem como intuito que o Ministro se apresente à Comissão e explique as medidas que promoveram o desarmamento da população.

SENADO FEDERAL

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado iniciou seus trabalhos e rapidamente tratou das alterações do Estatuto do Desarmamento. Havia inclusão em pauta do PL nº 3713/2019, que diminui o prazo para análise de pedido de autorização para aquisição de arma de fogo de 30 dias úteis para 30 dias corridos. Além disso, aumenta o prazo mínimo de renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo de três para dez anos e permite a aquisição, em regra, de até seis armas de fogo.

Contudo, a Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) requereu a retirada de pauta do projeto. De acordo com a Senadora, o cenário alarmante exige um debate mais amplo sobre a proposta e exige também que especialistas sejam ouvidos.

A audiência pública para debater a proposta foi requisitada em requerimentos apresentados pelos senadores Fabiano Contarato (PT-ES) e Rogério Carvalho (PT-SE) e teve o apoio de diversos parlamentares, entre eles o relator da matéria, senador Alessandro Vieira (PSDB-SE). O objetivo é de que dentro de 21 dias aconteça uma audiência pública.

MINISTÉRIOS

O grupo de trabalho destinado a apresentar regulamentação à Lei nº 10.826/2003 começou a realizar audiência com associações e entidades para ouvir considerações acerca do tema. Em uma

das oportunidades, a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário e MPU (FENAJUFE) defendeu o pleno porte de arma aos agentes de polícia. O representante da FENAJUFE, Valter Nogueira Alves encaminhou sugestões ao secretário nacional de Segurança Pública, Francisco Tadeu Barbosa de Alencar, por meio de ofício, com o objetivo de contribuir com o debate do Grupo de Trabalho.

Valter acrescentou que, além das discussões do Grupo de Trabalho, o Estatuto precisa ser alterado em outra etapa, via Congresso Nacional. E informou que a Federação e o Sisejufe atuam intensamente nestas articulações junto ao Legislativo.

PRESIDENTE LULA LANÇA PRONASCI E SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MJSP EXPÕE AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Na segunda-feira (13/03), o secretário-executivo do MJSP, Ricardo Cappelli, apresentou plano de ações de segurança pública durante a Reunião Geral da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP). De acordo com Cappelli, um dos propósitos da pasta é consolidar, junto a prefeituras e governos estaduais, o Sistema Único de Segurança Pública, o SUSP.

Durante o encontro, o secretário apresentou a segunda edição do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), ação coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. O Programa foi lançado pelo Presidente Lula nesta quarta-feira (15) e conta com investimento de R\$ 700 milhões para ações sociais de segurança pública, em prevenção, controle e repressão da criminalidade.

De acordo com Lula, "com a recuperação desse programa a gente passa para sociedade a ideia de que o papel do Estado é o de cuidar das pessoas, antes de cometer qualquer delito, mas cuidar depois que a pessoa comete na perspectiva de fazer essa pessoa voltar a ter uma convivência social e tranquila."

O Pronasci está estruturado em cinco eixos prioritários e estabelece políticas sociais e ações de proteção às vítimas de violências com promoção dos direitos humanos, intensificando uma cultura de paz, de apoio ao desarmamento e de combate aos preconceitos de gênero, etnia, orientação sexual e diversidade cultural. Investir em equipamentos e serviços de segurança também estão previstos no programa.

